



Diário Notícias

18-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 1631

Imagem: S/PB

Página (s): 1/14/15

Autarquias I

gi
grande
investigação
DN

Propostas
para
melhorar
gestão
das câmaras

DEBATE
PÁGS. 14 A 17



OS PODERES DO PODER LOCAL

Caminho é aumentar transparência

Debate. Oradores no debate do DN concordaram que as câmaras têm hoje uma gestão mais rigorosa, mas fizeram propostas que podem ajudar a melhorar a transparência nas autarquias. Sugestões vão desde um palanque numa zona nobre do município a plataforma 'online' de desempenho das câmaras

MARINA MARQUES, RUI MARQUES SIMÕES, RUI PEDRO ANTUNES e SÍLVIA FRECHES

Criar um *speaker corner* ao estilo de Hyde Park, formar equipas de inspeção independentes do Governo e desenvolver uma plataforma *online* com vários indicadores de desempenho dos municípios. Estas foram algumas das propostas para aumentar a transparência nas câmaras, sugeridas durante o debate sobre as autarquias realizado ontem no auditório do DN e que encerrou a investigação sobre o tema.

Os oradores do debate concordaram que os autarcas não são mais corruptos do que as restantes classes profissionais, mas admitiram que existe um caminho a percorrer do ponto de vista da transparência e da prestação de contas. O juiz jubilado do Tribunal de Contas (TC) Carlos Moreno defendeu que todos os autarcas consigam controlar a lei com um "bom escritório de advogados", optando por isso por fazer propostas no plano ético e moral.

Carlos Moreno sugeriu aos candidatos às autarquias que assumissem um compromisso programático que incluísse medidas como "elaborar orçamentos rigorosos", fazer uma "análise custo-benefício das obras públicas" que garanta que tenha retorno e

que inclua a previsão de gastos com a manutenção ("para evitar os elefantes brancos que foram os estádios do Euro").

O ex-juiz do TC propôs uma prestação de contas semestral e que os autarcas – por iniciativa própria e mesmo sem imposição da lei –, "a partir de um determinado valor no ajuste direto de bens e serviços, consultem três entidades, fazendo funcionar a concorrência". Carlos Moreno deixou também a proposta de criar um palanque de oradores numa zona nobre do município, onde os cidadãos pudessem "fazer críticas e elogios à gestão do executivo".

Esta última medida provocou a reação do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Jaime Marta Soares (PSD), que questionou Carlos Moreno: "Então o povo não pode ir à Assembleia Municipal falar livremente?"

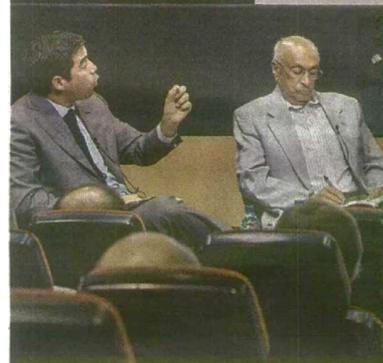
Jaime Marta Soares defendeu que a transparência tem aumentado muito nos últimos anos e que a ideia de que há mais corrupção nas autarquias se explica devido a um maior escrutínio do poder local. "As oposições são mais críticas. Fui militantemente arguido [por inerência do cargo]. Mas são poucos os autarcas que foram a tribunal por questões de aproveitamento pessoal", lembrou. Por outro lado, recordou que "não respeitar o PDM dá perda de mandato.

Os autarcas não podem estar distraídos senão perdem logo o mandato". Em matéria de propostas, o autarca lembrou que foi a Associação Nacional de Municípios Portugueses que solicitou que "as autarquias fossem inspecionadas uma vez por ano".

O Governo, através do secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, aproveitou o debate para dar conta de algumas medidas que o Executivo tem desenvolvido para aumentar as boas práticas. Leitão Amaro explicou que "o Governo está a preparar uma plataforma na Internet muito simples que vai mostrar os indicadores, positivos e negativos, município a município". O governante revelou que está a desenvolver uma proposta que pretende premiar os melhores funcionários autárquicos e que será de aplicação facultativa pelos municípios. "Isto é praticado nos países do Norte da Europa. Vamos imaginar que uma equipa consegue poupanças de 50% dos dinheiros públicos. A ideia é que parte da poupança possa ser dividida pelos trabalhadores dessa equipa. Isto se o prémio for financeiro. Também pode não ser. Certo é que não pode aumentar os custos dos municí-

“
Autarcas não podem estar distraídos. Senão perdem o mandato

JAIME MARTA SOARES
PRES. CMVN DE POIARES



pios", explicou. O ex-inspetor-geral da Polícia Judiciária (PJ) também rejeitou a ideia de que a corrupção é maior nas autarquias, mas lamentou que os políticos nunca tenham "entendido o crime de gestão danosa aos cargos públicos". Tendo em conta a experiência na área, Carlos Anjos admitiu que em termos de meios o País "tem muito menos pessoas para investigar este tipo de crimes do que, por exemplo, os países nórdicos".

Anjos mostrou-se orgulhoso de ter partido de uma equipa que integrou a proposta de criminalizar também os técnicos das autarquias que praticam irregularidades (e não apenas os autarcas) e deixou igualmente uma proposta de fiscalização. No entender do ex-inspetor da PJ devem existir "inspeções feitas por pessoas independentes que não sejam nomeadas pelo secretário de Estado ou pelo ministro, pois acontece o Governo ser da mesma cor do autarca que é inspeccionado".

Em matéria de corrupção, o urbanismo foi apontado no debate como o grande problema das autarquias. E aí o ex-vice-presidente da Câmara Municipal do Porto e vice-presidente da Associação Cívica Integridade e

Quarta-feira 18 de Setembro de 2013. Diário de Notícias

GRANDE INVESTIGAÇÃO

15



1. O juiz jubilado do Tribunal de Contas Carlos Moreno (à esquerda) e o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Jaime Marta Soares 2. O moderador do debate e grande repórter João Céu e Silva (à esquerda) com o ex-presidente da Câmara Municipal de Loures Demétrio Alves (ao meio) e o ex-inspetor da PJ Carlos Anjos 3. Demétrio Alves à conversa com Jaime Marta Soares e o subdiretor do DN Nuno Saraiva 4. Da esquerda para a direita: o secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, o ex-presidente da Câmara de Évora Abílio Fernandes, com o restante painel 5. A diretora adjunta do DN, Filomena Martins, com Carlos Moreno



Transparência, Paulo Morais, mostrou-se bastante crítico. Disse que os autarcas corruptos são “uma pequena minoria”, mas que ainda assim “representarão 10 a 12%” e que mandam na “maioria do orçamento” camarário. Paulo Morais considera que os autarcas e a banca contribuíram muito para a “bolha imobiliária” que se criou, falando da sobrevalorização dos imóveis que existia antes da crise. “Quem comprou um T2 há cinco anos pagou 30% a mais, foram os 30% de influência política”, comentou.

Paulo Morais foi violento nas palavras e disse que em Portugal havia duas áreas propensas a negociações: o “tráfico de droga” e o “imobiliário”, daí que “as máfias se criem em torno deste negócio”. O ex-autarca criticou o facto de um pouco por todo o País “os fornecedores dos municípios serem quase sempre os mesmos”.

Abílio Fernandes, ex-presidente da Câmara Municipal de Évora (CDU), defendeu que a gestão do executivo deve ser “coletiva” (e não presidencialista) e que o “planeamento do urbanismo deve ser feito com a participação da população”.

O nepotismo foi outro dos assuntos discutidos. Jaime Marta Soares criticou veementemente os colegas autarcas que tratam familiares. “Em 39 anos nunca tive alguém com grau de parentesco na autarquia.”

Prognósticos para dia 29: mudança, abstenção ou vitória laranja?

A 12 dias das eleições para o poder local, os oradores do debate promovido pelo DN sobre as autarquias não deixaram de se pronunciar sobre as expectativas que têm para o escrutínio que se aproxima. Paulo Morais, ex-vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, exortou o eleitorado a preferir “autarcas e candidatos que promovam a transparência”, lembrando uma vez mais que “não se tem nenhum controlo dos contratos que são feitos pelas autarquias e de quem são os principais fornecedores”.

Referindo que as autarquias recebem mil euros por cada município, Paulo Morais considera que seria importante os cidadãos sabermos para onde “vai o dinheiro das suas contribuições”, uma vez que muitos dos serviços essenciais (como a água ou o saneamento) são pagos à parte.

O presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poia-

res, Jaime Marta Soares, explicou que, independentemente do desfecho eleitoral, caso a Associação Municipal de Municípios Portugueses mude de cor, a postura para com o Governo vai ser sempre a mesma. Acrescentou, porém, estar convicto de que existirá uma “vitória do PSD nas autárquicas, conquistando mais presidências”.

Ao fim de 39 anos à frente do município, o mais antigo presidente de câmara do País (*ex aequo* com o bracarense Mesquita Machado) mostrou-se “contra a candidatura noutras autarquias de presidentes de câmara que atingiram o limite de mandatos”.

Já Abílio Fernandes, ex-presidente da Câmara Municipal de Évora, disse que, independentemente do resultado das eleições, o importante é que “o Governo não se meta na autonomia financeira das autarquias”. Carlos Moreno, juiz

jubilado do Tribunal de Contas, anteviu que irá existir “um aumento substancial da abstenção porque as pessoas estão muito desiludidas pelo não cumprimento das promessas feitas”.

Por sua vez, o secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, acredita que a “maturidade democrática dos portugueses” irá levá-los às urnas, lembrando que estes devem utilizar o voto enquanto “ato precioso”. O governante disse que não acredita que os eleitores façam uma avaliação do Governo nas eleições autárquicas, descartando entender uma eventual derrota do PSD como um cartão amarelo ao Executivo de Passos Coelho.

A propósito das remodelações forçadas pela alteração da lei – pelo menos para quem não decidiu candidatar-se a uma autarquia vizinha – o secretário de Estado acredita que a nova geração irá continuar a seguir a trajetória de maior rigor e transparência que os atuais autarcas têm demonstrado, nos últimos anos.

“Eleitores devem preferir quem promova a transparência”
PAULO MORAIS
EX-VICE-PRES. DA CM PORTO